

RUY FABIANO

Ponto de Vista

21 MAI 1991

Queixas dos aliados

Se não rendeu frutos econômicos expressivos, a visita do presidente Collor à Espanha ao menos reintroduziu na cena política nacional a idéia do pacto. Seja lá qual nome agora venha a ter — já se chamar entendimento, consenso, união —, o certo é que o Presidente parece decidido a seguir um conselho que já ouviu mais de uma vez e que, semana passada, lhe foi repetido pelo premier espanhol Felipe Gonzales: o de que não se sai pacificamente da crise sem fazer política.

Entenda-se, com isso, a busca de alianças entre os setores mais representativos da sociedade. Os partidos políticos podem até não representá-los satisfatoriamente, mas, sendo o que há, não podem ser ignorados nesse processo. O presidente Collor, até aqui, mostrou-se pouco afeito ao jogo das pressões e contradições inerentes à política. Eleger-se sem submeter-se a nada disso; da mesma forma, escolheu e reformou seu ministério. O PRN, legenda pela qual se elegeu, não indicou um único e escasso funcionário público e não exerce a mais remota influência no Governo.

O resultado é que o presidente não sabe exatamente quem o apóia no Congresso. Mesmo no bloco parlamentar teoricamente alinhado com o Governo, não são poucas as queixas. E aliados potenciais — como o PDS e o PTB, por exemplo — alinharam-se com a oposição. Nada disso seria relevante se o Governo estivesse bem e não precisasse do Congresso. O que há, porém, é o contrário: o Governo vai mal e sua saída é justamente o Congresso. Somente através dele terá condições de implementar as reformas que concebeu em seu Projeto — e

que dependem da aprovação de dezenas de projetos de lei e de sete emendas constitucionais.

Os sinais de insatisfação foram emitidos com singular intensidade na semana em que o Presidente esteve na Espanha. O primeiro convite que fez às lideranças partidárias para um almoço com a nova equipe econômica foi rechaçado. E em termos duros. A seguir, os governadores do PFL — principal partido de sustentação ao Governo — aproveitaram a convenção nacional em Brasília para queixar-se do tratamento que recebem do Presidente.

O que há é simples: os partidos não se sentem no Governo. Não são consultados sobre as formulações de políticas em qualquer setor da administração pública: educação, saúde, previdência e, muito menos, economia. São, entretanto, obrigados a explicá-las e justificá-las à sociedade, ainda que com elas não concordem. Com relação à economia — cujo titular concentra os poderes de um primeiro-ministro —, os parlamentares governistas sentem-se inteiramente marginalizados. Queixam-se do tratamento que lhes dão os tecnocratas, que jamais os consultam sobre as repercuções psicossociais das medidas que cogitam. E, sem respaldo nessa área, nenhuma medida, por mais engenhosa, triunfa.

Esse o teor das queixas e postulações que as lideranças governistas, na Câmara e Senado, encaminham ao Presidente esta semana. O recado resume-se em algo simples: antes de buscar apoio junto aos adversários — o tal entendimento nacional —, o Governo precisa entender-se com seus aliados. Se não, nada feito.